



CADERNO DE ENCARGOS

ABS/13/2025

Prestação de serviços | Saúde no Trabalho

Art.º 115.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos (CCP),
na sua atual redação

ÍNDICE

Objeto do Contrato	3
Contrato.....	4
Prazo.....	4
Obrigações principais do prestador de serviços.....	5
Forma da prestação de serviços.....	5
Local da prestação de serviços	6
Objeto do dever de sigilo	6
Prazo do dever de sigilo	6
Obrigações Gerais.....	7
Preço Contratual.....	7
Condições de Pagamento	7
Penalidades contratuais e resolução	8
Força maior	9
Resolução por parte do contraente público.....	10
Resolução por parte do prestador de serviços.....	10
Foro Competente.....	10
Subcontratação e cessão da posição contratual.....	11
Comunicações e notificações	11
Contagem de prazos	11
Fiscalização.....	11
Características técnicas e disposições específicas.....	12

Capítulo I

Disposições Gerais

Cláusula 1.^a

Objeto do Contrato

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a prestação de serviços de **“Saúde no Trabalho”**, para o período de 24 meses, em cumprimento e nos termos do disposto na Lei n.º 102/2009, de 10 de Setembro na sua redação atual, aplicável por força da alínea l) do n.º 1 do art.º 4.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei 35/2014 de 20 de junho na sua atual redação, que estabelece o regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho, e demais legislação aplicável.
2. Os serviços deverão compreender ainda a realização de todos os exames clínicos inerentes aos Exames Médicos de Admissão, Periódicos e Ocasionais, e demais Exames Complementares de Diagnóstico, de todos os trabalhadores do Município de Arganil, nos termos do art.º 108.º da Lei n.º 102/2009, de 10 de Setembro na sua redação atual.
3. No âmbito do serviço de saúde o presente procedimento inclui todos os serviços previstos na lei, nomeadamente:
 - a. Obrigação de cumprir o disposto nos art.º s 73.º A e 73.º B do diploma supra citado;
 - b. Obrigação de realizar todas as consultas de saúde no trabalho a todos os trabalhadores do município de acordo com a legislação em vigor;
 - c. Obrigação de realizar todos os atos médicos inerentes ao estipulado em a) e dispensar o número de horas necessário de acordo com legislação vigente;
 - d. Obrigação de informar no mais curto espaço de tempo, após consulta, o resultado da ficha de aptidão;
 - e. Obrigação de proceder à avaliação dos riscos de doenças profissionais e definição do plano de exames auxiliares de diagnóstico por grupo de risco;
4. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação de serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
5. O preço base do procedimento é de **18.560,00€** (dezoito mil e quinhentos e sessenta euros), isento de IVA.

Para efeitos de cálculo do valor supra citado foi considerada uma componente mensal fixa e uma componente variável associada a exames médicos/análises para uma estimativa de 290 colaboradores. Deste número estimado de trabalhadores, 188 à data atual tem mais de 50 anos o que significa que farão exames todos os anos, os restantes colaboradores farão exames uma vez de dois em dois anos.

O pagamento da componente variável (exames médicos) a afetuar pelo município, corresponderá apenas aos exames/analises efetivamente realizados.

Cláusula 2.^a

Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos (CCP);
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário;
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.^a

Prazo

O contrato terá início na data da sua outorga e vigorará pelo período de 24 meses ou até se esgotar o seu valor, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Capítulo II

Obrigações contratuais

Secção I

Obrigações do prestador de serviços

Subsecção I

Disposições gerais

Cláusula 4.^a

Obrigações principais do prestador de serviços

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de executar o identificado na sua proposta, de acordo com as especificações exigidas no presente caderno de encargos;
- b) Obrigação de garantia dos serviços, devendo o adjudicatário disponibilizar o contato de um responsável pelos serviços prestados, para a resolução imediata de eventuais questões técnicas que possam vir a verificar-se durante o período do contrato.
- c) Obrigação de manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que digam respeito ao Município de Arganil;
- d) Obrigação de cumprimento do Regulamento Geral da Proteção de Dados e de obter os consentimentos necessários à execução da presente prestação de serviços;
- e) Obrigação do Médico do Trabalho identificar e determinar quais os exames complementares de diagnóstico aplicáveis a cada posto de trabalho, categoria profissional e fatores de sujeição ao risco, bem como em função das características pessoais de cada trabalhador e das atividades por si desempenhadas;
- f) Obrigação de assegurar e disponibilizar todo o equipamento técnico e o material médico e clínico necessário para a prestação dos serviços em causa.

Cláusula 5.^a

Forma da prestação de serviços

1. Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviços fica obrigado a manter com uma periodicidade trimestral, reuniões de coordenação com os representantes do Município de Arganil, podendo-se fazer representar por qualquer elemento do prestador

de serviço desde que estes estejam inteirados de todos os assuntos a tratar nas ditas reuniões.

2. As reuniões previstas no número anterior devem ser alvo de uma convocação escrita por parte do prestador de serviços, o qual deve elaborar a agenda prévia para cada reunião.
3. O prestador de serviços fica também obrigado a apresentar ao Município de Arganil, com uma periodicidade trimestral, um relatório com a evolução de todas as operações objeto dos serviços e com o cumprimento de todas as obrigações emergentes do contrato.

Cláusula 6.ª

Local da prestação de serviços

A atividade de saúde no trabalho, objeto do presente procedimento, será prestada nas instalações do Município de Arganil ou nas instalações do prestador de serviço, desde que estas se situem na Vila de Arganil (fixas ou móveis) e com o acompanhamento dos técnicos legalmente exigíveis para o efeito.

Subsecção II

Dever de sigilo

Cláusula 7.ª

Objeto do dever de sigilo

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Arganil, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

Cláusula 8.ª

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de cinco anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer

deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II

Obrigações do Município de Arganil

Cláusula 9.^a

Obrigações Gerais

Pela prestação de serviços objeto do presente contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Arganil está vinculado ao disposto nas alíneas g) h) e i) do n.º 1.º do art.º 71.º da Lei do Trabalho em Funções Públicas, Decreto-Lei 102/2009 de 10/09 na sua redação atual, conjugada com o artigo 281.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei 7/2009 de 12/02 na sua redação atual aplicável por força da alínea j) do n.º 1 do art.º 4.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

Cláusula 10.^a

Preço Contratual

1. Pela prestação de serviços objeto do presente contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Arganil deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, a qual não poderá ser superior ao valor base referido na cláusula 1.^a do presente caderno de encargos.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 11.^a

Condições de Pagamento

1. As quantias devidas pelo Município de Arganil, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 60 dias após a receção pelo Município de Arganil das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

2. Em caso de discordância por parte do Município de Arganil, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de documento de regularização, no prazo 30 dias.
3. A (s) fatura (s) referente ao presente contrato só poderão ser emitidas após o vencimento da obrigação que lhes subjaz, devendo ocorrer no prazo de 5 dias e fazer obrigatoriamente referência aos respetivos números de cabimento e de compromisso.
4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas serão pagas através de transferência bancária para o IBAN indicado pelo prestador.

Cláusula 12.ª

Penalidades contratuais e resolução

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Arganil, pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos: Pelo incumprimento das datas e prazos de execução dos serviços objeto do contrato, calculado de acordo com a seguinte fórmula: $P = PP \times V \times N$, em que P corresponde ao valor da pena, PP corresponde à percentagem da penalidade (1%), V corresponde ao valor contratual e N corresponde ao n.º de dias em atraso.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, o Município de Arganil pode exigir-lhe uma pena pecuniária, que não poderá ser superior a 20% do preço contratual.
3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na execução tenha determinado a respetiva resolução.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Arganil terá em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
5. O Município de Arganil pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Arganil exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 13.^a

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços, cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 14.^a

Resolução por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município de Arganil pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente em caso de atraso, total ou parcial, na execução dos serviços objeto do contrato.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município de Arganil.

Cláusula 15.^a

Resolução por parte do prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.
2. O direito de resolução é exercido por via judicial.
3. Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Arganil, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

Capítulo VI

Resolução de litígios

Cláusula 16.^a

Foro Competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e fiscal de Coimbra, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo VII

Disposições finais

Cláusula 17.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes dependerá da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 18.^a

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 19.^a

Contagem de prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 20.^a

Fiscalização

Não obstante todos os direitos e deveres decorrentes do presente caderno de encargos, o Município de Arganil, reveste-se dos poderes conferidos pelo disposto no art.º 302.º do Código dos Contratos Públicos.

Arganil, fevereiro de 2025

ANEXO

Características técnicas e disposições específicas

Cláusula 1.^a

Objetivos e atividades principais dos serviços de segurança e saúde no trabalho

1. Em conformidade com a Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro na sua redação atual, a atividade de segurança e saúde no trabalho visa:
 - a) Assegurar as condições de trabalho que salvaguardem a segurança e a saúde física e mental dos trabalhadores;
 - b) Desenvolver as condições técnicas que assegurem a aplicação das medidas de prevenção definidas no artigo 15.º do referido diploma legal;
 - c) Informar e formar os trabalhadores no domínio da segurança e saúde no trabalho;
 - d) Informar e consultar os representantes dos trabalhadores para a segurança e saúde no trabalho ou, na sua falta, os próprios trabalhadores.
2. O serviço de segurança e de saúde no trabalho deve tomar as medidas necessárias para prevenir os riscos profissionais e promover a segurança e a saúde dos trabalhadores, nomeadamente:
 - a) Planear a prevenção, integrando, a todos os níveis e para o conjunto das atividades da empresa, a avaliação dos riscos e as respetivas medidas de prevenção;
 - b) Proceder à avaliação dos riscos, elaborando os respetivos relatórios;
 - c) Elaborar o plano de prevenção de riscos profissionais, bem como planos detalhados de prevenção e proteção exigidos por legislação específica;
 - d) Participar na elaboração do plano de emergência interno, incluindo os planos específicos de combate a incêndios, evacuação de instalações e primeiros socorros;
 - e) Colaborar na conceção de locais, métodos e organização do trabalho, bem como na escolha e na manutenção de equipamentos de trabalho;

- f) Supervisionar o aprovisionamento, a validade e a conservação dos equipamentos de proteção individual, bem como a instalação e a manutenção da sinalização de segurança;
- g) Realizar exames de vigilância da saúde, elaborando os relatórios e as fichas, bem como organizar e manter atualizados os registos clínicos e outros elementos informativos relativos ao trabalhador;
- h) Desenvolver atividades de promoção da saúde;
- i) Coordenar as medidas a adotar em caso de perigo grave e iminente;
- j) Vigiar as condições de trabalho de trabalhadores em situações mais vulneráveis;
- k) Conceber e desenvolver o programa de informação para a promoção da segurança e saúde no trabalho, promovendo a integração das medidas de prevenção nos sistemas de informação e comunicação da empresa;
- l) Conceber e desenvolver o programa de formação para a promoção da segurança e saúde no trabalho;
- m) Apoiar as atividades de informação e consulta dos representantes dos trabalhadores para a segurança e saúde no trabalho ou, na sua falta, dos próprios trabalhadores;
- n) Assegurar ou acompanhar a execução das medidas de prevenção, promovendo a sua eficiência e operacionalidade;
- o) Organizar os elementos necessários às notificações obrigatórias;
- p) Elaborar as participações obrigatórias em caso de acidente de trabalho ou doença profissional;
- q) Coordenar ou acompanhar auditorias e inspeções internas;
- r) Analisar as causas de acidentes de trabalho ou da ocorrência de doenças profissionais, elaborando os respetivos relatórios;
- s) Recolher e organizar elementos estatísticos relativos à segurança e à saúde no trabalho.
- t) O serviço de segurança e de saúde no trabalho deve manter atualizados, para efeitos de consulta, os seguintes elementos:
 - Resultados das avaliações de riscos profissionais;
 - Lista de acidentes de trabalho que tenham ocasionado ausência por incapacidade para o trabalho, bem como

- acidentes ou incidentes que assumam particular gravidade na perspetiva da segurança no trabalho;
- Relatórios sobre acidentes de trabalho que originem ausência por incapacidade para o trabalho ou que revelem indícios de particular gravidade na perspetiva da segurança no trabalho;
 - Lista das situações de baixa por doença e do número de dias de ausência ao trabalho, a ser remetida pelo serviço de pessoal e, no caso de doenças profissionais, a relação das doenças participadas;
 - Lista das medidas, propostas ou recomendações formuladas pelo serviço de segurança e de saúde no trabalho.
3. Quando as atividades referidas nos números anteriores implicarem a adoção de medidas cuja concretização dependa essencialmente de outros responsáveis da empresa, o serviço de segurança e de saúde no trabalho deve informá-los sobre as mesmas e cooperar na sua execução.

Cláusula 2.^a

Exames de saúde

1. No âmbito dos serviços de saúde no trabalho, objeto do presente procedimento, devem ser realizados os seguintes exames de saúde:
- a) Exames de Admissão, antes do início da prestação do trabalho, ou, se a urgência da admissão o justificar, nos 15 dias seguintes para verificar se há aptidão para o exercício da atividade e sintetizar o historial clínico do trabalhador observado pela primeira vez;
 - b) Exames Periódicos, anuais para o Trabalhador com idade superior aos 50 anos (à data de 01/01/2025 existem 188 colaboradores nesta situação) e de 2 em 2 anos para os restantes trabalhadores, para registar eventuais alterações de saúde que tenham ocorrido desde o último exame realizado;
 - c) Exames Ocasionais, sempre que se verifiquem alterações substanciais nos componentes materiais de trabalho que possam ter repercussão nociva na saúde do trabalhador, bem como no caso de regresso ao trabalho depois de uma ausência superior a 30 dias por motivo de doença ou acidente. Pode ocorrer por solicitação do Trabalhador, do Serviço ou por mudança de função e/ou das condições de trabalho.

- d) Exames complementar de diagnóstico/análises a ser realizados os seguintes: audiometria (trabalhadores sujeitos a ruído), eletrocardiograma, espirometria, rastreio visão, hemograma, VS, plaquetas, glicémia, colesterol total.

Cláusula 3.^a**Garantia mínima de funcionamento do serviço
de saúde no trabalho**

1. O médico do trabalho deve prestar atividade durante o número de horas necessário à realização dos atos médicos, de rotina ou de emergência, e outros trabalhos que deva coordenar.
2. O médico do trabalho deve conhecer os componentes materiais do trabalho com influência sobre a saúde dos trabalhadores desenvolvendo para este efeito a atividade no órgão ou serviço, pelo menos uma hora por mês por cada grupo de 20 trabalhadores ou fração, considerando uma estimativa de 290 trabalhadores do município, resulta no mínimo de 14h:30m horas por mês.
3. O médico do trabalho deve ser coadjuvado por um enfermeiro com experiência adequada, nos termos do art.º 104 da Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro na sua redação atual.

Cláusula 4.^a**Categoria dos trabalhadores**

Os exames a enquadrar no âmbito da prestação de serviços, deverão ser equacionados e propostos pelo prestador de serviços de acordo com a tipologia das funções previstas:

Categoria	N.º Funcionários
Dirigentes	3
Técnico Superior	45
Assistente Técnico	54
Assistente Operacional	185
Fiscal	1
Informática	2
Total	290

O conteúdo funcional e grau de complexidade das categorias constam no anexo ao artigo 88.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.